

SERPAJ/BRASIL



JUSTIÇA E NÃO VIOLÊNCIA

ÓRGÃO INFORMATIVO DO SERPAJ/BRASIL

Direitos humanos, uma luta pela vida

O Brasil, apesar de estar envolvido num processo democrático, vem desrespeitando sistematicamente os direitos humanos dos seus cidadãos numa escalada de violência cometida pelo Estado, através de seus governantes e das forças militares. A falta de cidadania para a grande maioria de explorados e a luta incessante de se-

tores organizados têm produzido um triste rastro de sangue, fruto do assassinato das milhares de pessoas que ousam exigir os seus direitos. As chacinas de trabalhadores, indígenas, meninos e meninas de rua e presidiários são tratadas com descaso pelos responsáveis e de forma sensacionalista pelos meios de comunicação.

Apesar da falta de vontade política de se punir os culpados, da morosidade do Judiciário e do "esquecimento" provocado na sociedade, há os que encontrarão forças nos ideais de justiça dos que tombaram. Estes existirão e lutarão sempre porque sua resistência está na construção da Vida, a primeira razão da existência.



**15 DE MAIO - DIA
INTERNACIONAL DA
OBJEÇÃO DE
CONSCIÊNCIA**

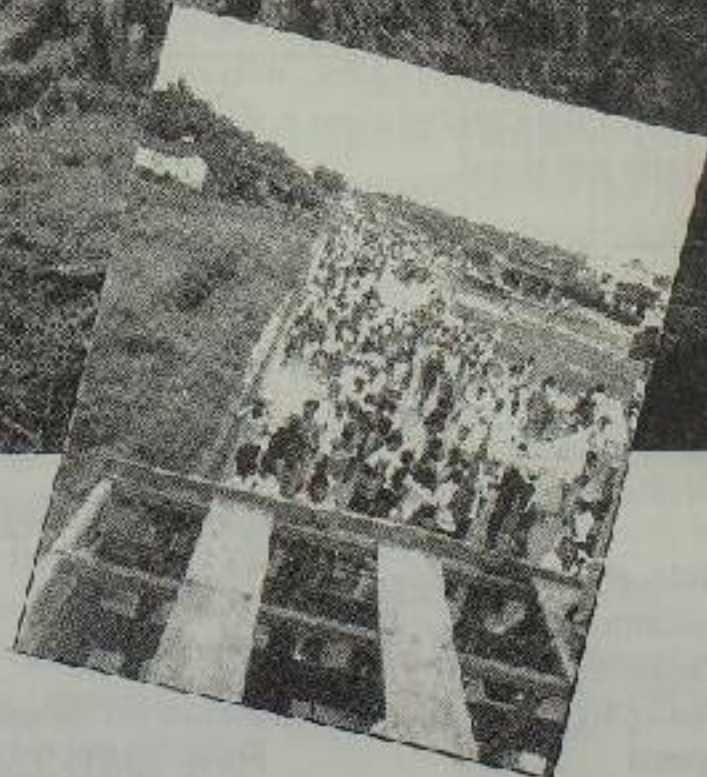
Pags. 03 e 04

CAI POPULARIDADE DE FHC

Editorial

**POLÍCIA EM ALERTA NA
AMÉRICA LATINA**

Pag. 08





Reação Contra Governo FHC

Justiça tarda, mas não falha. Este antigo ditado popular ilustra muito bem a queda inédita de popularidade de FHC e de seu projeto neoliberal. Segundo pesquisa da Datafolha, divulgada dia 19 de maio, em oito Estados a aprovação ao governo caiu para 25%, contra 38% em março.

Esta reação popular não podia mesmo ser diferente. O plano real acirrou a miséria e desigualdade social no país. Igualmente grave é o desprezo com que o presidente trata as questões sociais e os direitos humanos no país; além de ter assumido uma vergonhosa prática política de beneficiar os banqueiros, empresários e os políticos aliados. Adianta pouco anunciar um plano nacional de direitos humanos, ao mesmo tempo em que os interessados dos grupos políticos e econômicos aliados são atendidos, em detrimento da maioria.

O massacre dos trabalhadores Sem Terra, em Eldorado dos Carajás, no Pará, foi mais um exemplo de como os direitos humanos e a reforma agrária são tratados. A sociedade brasileira ficou chocada. Afinal vários massacres aconteceram - Carandiru, Candelária, Vigário Geral, Yanomami - e seus responsáveis permanecem impunes. A Justiça tem funcionado, na maioria das vezes, a favor dos latifundiários, empresários e outros setores dominantes. Mas, agora chegou a vez de a sociedade, solidária com os setores e entidades organizados, começar a dar um basta a isto tudo. O primeiro passo, sem dúvida, foi o resultado da pesquisa do Datafolha.

Os setores organizados, por sua vez, também têm realizado campanhas nacionais pela reforma agrária, justiça no campo, moradia popular e em defesa das questões sociais. Sem dúvida, este movimento vai crescer com o apoio crescente da sociedade em geral.

EXPEDIENTE

Elaboração: Maria da Penha Félix e Ângela Stangerlin

Tradução: Maria da Penha Félix

Revisão jornalística: Ieda Cavalcante

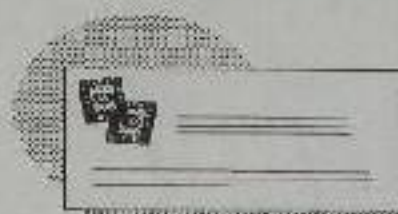
Ilustração: Lisarb

Editoração Eletrônica: Cooperat

Apoio:



Setor Gráfico Qd. 01
ao lado da Nossa Gráfica
Fone: (061) 226 2194



Cartas

GOVERNO DO PARÁ MATA TRABALHADORES

Enquanto os trabalhadores se organizavam e usavam do seu direito de cidadão constitucionalmente assegurado, à organização e à livre expressão, o poder latifundiário em conjunto com a PM e o governo do Estado do Pará, Almir Gabriel (PSDB), se responsabilizaram em comandar o grande massacre de Eldorado dos Carajás.

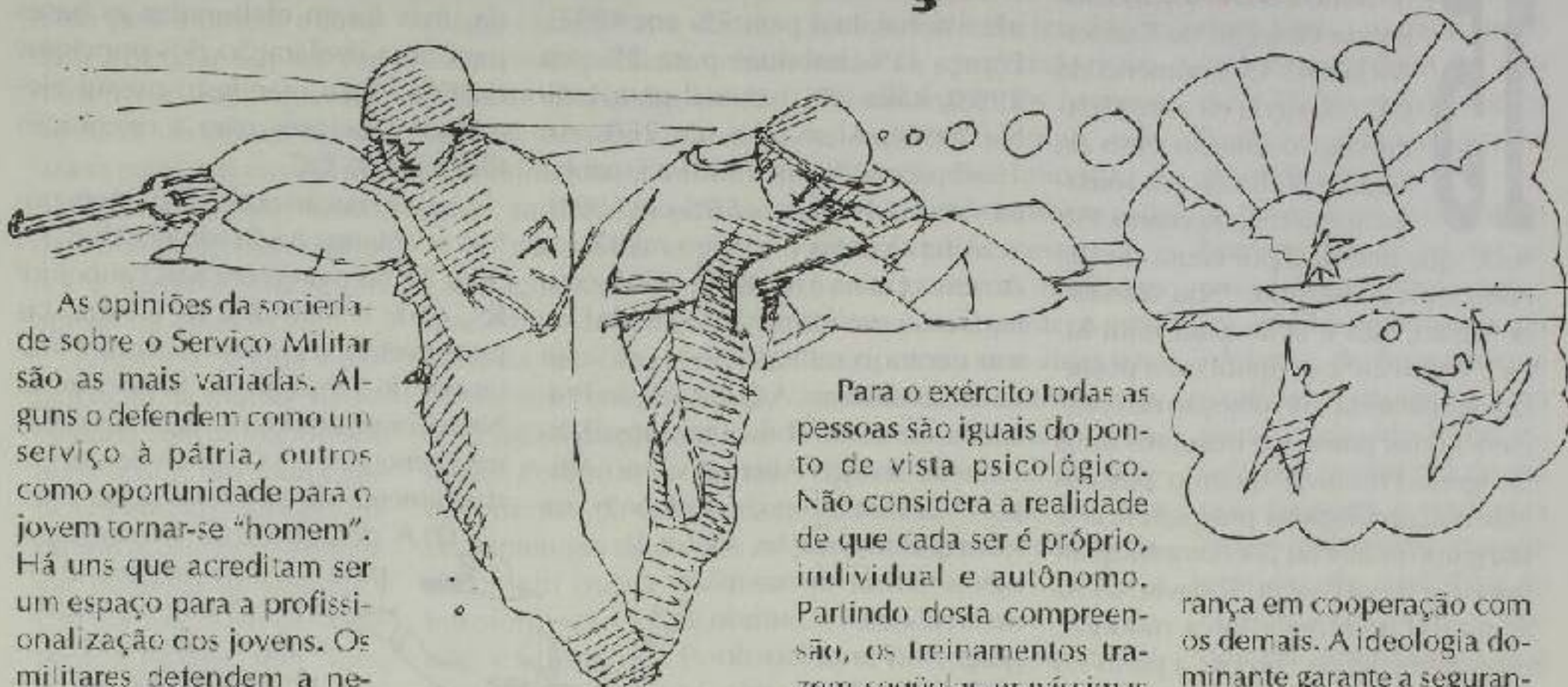
No dia 05 de novembro, ainda de 1995, o então presidente de INCRA Sr. Francisco Graziano Neto, no ato pela reforma agrária em Curionópolis anunciou a compra da Fazenda Macaxeira, esta ocupada por mais 1000 famílias. Ainda neste período, o presidente do INCRA disse que em 10 dias desapropriaria a referida fazenda. À espera da terra prometida, os Sem-terra ocuparam uma área pública no dia 07 de novembro, a mesma denomina-se COFAPAC e localiza-se à 2 Km de Curionópolis. Ao passar o tempo, o número de famílias acampadas aumenta e o INCRA pede mais um prazo, até o início de Janeiro, para fazer uma vistoria. De acordo com o INCRA Regional, esta área possui 44 mil hectares de terras improdutivas e são públicas porque foram doadas a título de aforamento para extração da castanha. Terminou o prazo e nada foi feito, mais um prazo foi pedido pelo órgão do governo, o qual foi concedido até o final de fevereiro. Este acordo não foi cumprido e iniciou-se a tensão com os sem terras sofrendo ameaças de despejo. Aumentaram as ameaças aos dirigentes do MST e os latifundiários se organizaram preparando pistoleiros e policiais para enfrentar os sem terras.

O resultado foi a sangrenta chacina ocorrida no dia 17 de abril onde foram assassinados dezenas de companheiros e outros encontram-se desaparecidos. O governo não quer fazer Reforma Agrária, mas os trabalhadores estão mostrando que com resistência e pressão ela vai sair!

Toni Dias
SERPA/Marabá

15 DE MAIO - DIA INTERNACIONAL DA OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA

Efeitos do Serviço Militar



As opiniões da sociedade sobre o Serviço Militar são as mais variadas. Alguns o defendem como um serviço à pátria, outros como oportunidade para o jovem tornar-se "homem". Há uns que acreditam ser um espaço para a profissionalização dos jovens. Os militares defendem a necessidade de treinamento para Defesa Armada do país contra ataques estrangeiros, o Estado necessita de força armada para manter a ordem e a lei no país, os jovens aprendem valores como patriotismo, espírito de sacrifício, lealdade, etc. Poucos, todavia, manifestam abertamente sua opinião contrária ao Serviço Militar e, muitos desconhecem ou não fizeram análise profunda sobre os efeitos nefastos deste tipo de serviço.

A obrigatoriedade deste serviço contrapõe-se aos princípios de uma sociedade democrática, onde prevalecem o direito à liberdade e à escolha de profissionalização e educação por parte dos jovens. Esta obrigação não advém da própria sociedade, como imposição moral ou ética, mas sim, o Estado a impõe como lei política sujeitando o cidadão a sanções que limitam, ou impedem, sua vida social e política.

Não existindo isto, os jovens mais sadios da sociedade são tirados dela e colocados em quartéis deformadores da personalidade humana. Os melhores braços da indústria, do comércio, das artes, da agricultura são roubados das famílias e treinados para uma tarefa inútil e desnecessária como o é o ofício das armas.

Submetido à uma disciplina extrema, o recruta aprende que nunca deve oferecer-se voluntariamente para ajudar aos demais. Ao regressar do ano de serviço militar age na sociedade conforme foi treinado, ou seja, não presta serviços que não sejam os autorizados por autoridades superiores. Este tipo de comportamento cria homens incapazes de protestar e de enfrentar qualquer tipo de injustiça, qualquer lei arbitrária, fortalecendo a prática da obediência e submissão cegas como valores do autoritarismo.

Para o exército todas as pessoas são iguais do ponto de vista psicológico. Não considera a realidade de que cada ser é próprio, individual e autônomo. Partindo desta compreensão, os treinamentos trazem seqüelas gravíssimas para os jovens. Uns passam por situações passageiras de angústia, porém, em outros o serviço apresenta feridas difíceis de cicatrizar. Inclusive, alguns tipos de exercícios causam ferimentos sérios, com resultados patológicos visíveis e condenáveis. Ao desconsiderar a existência de condições psicológicas distintas, os quartéis formam homens insensíveis à realidade dos cidadãos, sendo facilmente manobrados para a repressão popular.

Por fim, o Estado destina a maior parte de seu orçamento para a manutenção dos quartéis e das forças armadas. Isto significa que os demais setores do orçamento saem prejudicados e a população sofre as consequências de tal decisão política.

A existência de exércitos e treinamentos para a guerra apenas confirmam a consciência de que o indivíduo é incapaz de autoregular sua vida e sua segu-

rança em cooperação com os demais. A ideologia dominante garante a segurança, através das forças de repressão, impedindo que os homens e as mulheres vivam sua liberdade e corresponsabilidade no desenvolvimento social, econômico e político do país.

Uma alternativa viável para a formação de uma nova realidade é a implantação imediata de um Serviço Civil por parte do Estado, aonde o jovem ao se alistar, voluntariamente, prestaria diversos tipos de serviços à sociedade, fortalecendo assim a consciência de cidadania e solidariedade. Enquanto esta alternativa não for decretada prevalece o direito à Objeção de Consciência ao Serviço Militar.

Norberto Chemin

Referente LA do Programa de Direitos Humanos/SERPAI

BIBLIOGRAFIA

HERRERO, Juan A. *Informe Crítico sobre el Servicio Militar*, ediciones ArsMedie, Madrid, 1986.

IBARRA, Pedro. *Objección e insubmisión*, ed. fundamentos, Madrid, 1992.

Objecção de Consciência

15 de Maio é o Dia Internacional da Objeção de Consciência-OC. O fenómeno da OC começou na antiguidade com o famoso caso de Martin de Tours, um soldado do Exército Romano 358 A.D., que desertou por causa de sua consciência, dizendo: "Sou soldado de Cristo, não é lícito para mim lutar". Assim ele exemplificou a postura antimilitarista e de objecção de consciência dos primeiros trezentos anos da Igreja Primitiva, quando pessoas eram excomungadas por pertencer a um grupo militar ou por cometer qualquer ato de violência. Todavia, a OC se tornou uma nova força mundial, especialmente na Europa, a partir do Século XX. Um manifesto Contra a Convocação Militar e o Sistema Militar, publicado em 1925 e novamente em 1930, auxiliou enormemente a incrementar o número de objetores. No entanto, não foi suficiente para impedir a trágica eclosão da Segunda Guerra Mundial, que terminou com o lançamento da primeira bomba atômica sobre Hiroshima e Nagasaki, com a perda de cerca de 300.000 vidas. Esse Manifesto foi publicado mais uma vez em 1994. O SERPAJ distribuiu o no Brasil a partir de 15 de maio/95 e recolheu 3.702 assinaturas em conjunto com os anarquistas.

A partir de 1987, a OC tornou-se uma preocupação mundial com a formação de ICOM (International Conscientious Objectors Meeting = Encontro Internacional de Objetores/as de Consciência), onde representantes de diversos países se reuniram para discutir as estratégias e a filosofia da OC, e criar uma comunidade solidária. Seguem dados das porcentagens do objetores em relação aos convocados: Dinamarca (ao redor de 600 por ano, 2%), Holanda (3.500 ao ano, 10%), Noruega (8%), Suécia (9%). Esses países têm sido mais ou menos estáveis nesses dados nos últimos anos. Países que demonstraram um crescimento muito maior, são os seguintes: Áustria (de 5% ha-

bitual para 27% em 1993), Finlândia (de 3% habitual para 7% em 1992), França (1% habitual para 2% em 1993), Itália (3% habitual para 10% Na 1993), Alemanha (de 28% em 1990 para 65% em 1993) e Espanha (de 5% em 1989 para 55% em 1994).

A luta contra o serviço militar na América Latina é relativamente recente. Desde sua formação o SERPAJ lutou contra o militarismo e por uma consciência livre. A Constituição Brasileira de 1988 abriu uma possibilidade de Serviço Alternativo, no Artigo 143. Esse Artigo, no entanto, na sua regulamentação, foi totalmente distorcido nas mãos dos militares. Contudo, graças ao impulso do ICOM nos últimos três anos, surgiram várias atividades na América Latina para promover as lutas em prol da OC: contra a vontade dos militares, a nova Constituição do Paraguai possibilita a objecção de consciência plena sem a necessidade de Serviço Alternativo; um encontro em maio/1994, reforçou essa luta e criou mais solidariedade no Paraguai. No mesmo ano, em novembro, ICOM se reuniu em Bogotá e Cachipay, Colômbia. Ali se desenvolveu uma definição mais abrangente de OC: definindo-a como uma ação consciente contra a militarização da sociedade, contra a opressão, a intolerância, a existência de exércitos e qualquer tipo de violência. OC é objecção à guerra contra o povo livre que é conduzido pelas Forças Armadas, o capital e o Estado. Na Colômbia formou-se a ROL (Rede de Objetores/as de Consciência Latino Americana) com o intuito de reforçar o grupo dos objetores/as no continente. Em outubro de 1995, houve mais um encontro de objetores/as em Santiago do Chile, onde participaram representantes do SERPAJ-Brasil. Nesse Encontro, houve um debate entre os objetores/as, a respeito do uso da vi-

olência. Esta questão não foi resolvida, mas foram elaboradas as bases para uma declaração dos princípios da ROL. Esse manifesto possui elementos preciosos para a orientação filosófica da OC.

A culminação desta série de encontros aconteceu no Brasil, nos dias 29, 30 e 31 de março em São Leopoldo/RS, onde o SERPAJ e os anarquistas promoveram o primeiro Encontro Nacional de Objeção de Consciência. Neste foram tirados os seguintes encaminhamentos: (1) O início de um cadastramento de objetores/as no país.

(2) A descoberta de defesas legais para os objetores/as. (3) A confecção de dois documentos: uma declaração de consciência dos objetores e dois reservistas presentes e uma compilação de leis e comentários para orientar advogados/as dispostos a auxiliar os objetores. (4) Cinco jovens comprometeram-se a recusar a prestação do serviço

militar obrigatório e outros dez reservistas declararam-se prontos para não atender a uma possível convocação. (5) Formação de um plantão de advogados para a defesa dos objetores. (6) Mas, o acontecimento mais importante foi a fundação do MOC-Brasil (Movimento de Objeção de Consciência). Agora os objetores têm uma associação que promove o assunto e oferece solidariedade na luta contra o militarismo. O MOC mais ativo funciona na Espanha, mas Paraguai e Colômbia já têm também. Os interessados podem ter mais informações no seguinte endereço: MOC - RS, CP 473, CEP: 93001-970, São Leopoldo/RS. O MOC aceita contribuições em dinheiro para ajudar com as despesas de comunicação, materiais, encontros e outras necessidades. Sua conta bancária é: MOC/Nº 9.318.888-8 Bradesco, Agência: 0285-2, São Leopoldo/RS.



As Relações de Gênero no Contexto Sócio-Político

A mulher, de uma maneira ou de outra foi dominada pelo homem e levada a acreditar em ser verdadeira a frase que diz "ATRÁS DE UM GRANDE HOMEM SEMPRE EXISTE UMA GRANDE MULHER". Esquecendo, assim, da verdade de que mulheres e homens são iguais apesar da diferença.

A história da vida e participação da mulher na sociedade vem mudando ano após ano. Com muita guerra, sofrimento e luta as conquistas aparecem para renovar os livros de história e colocar um novo personagem: a mulher, sem sombra ou véu para encobri-la. Todas as conquistas obtidas, desde as mais pessoais,

como o direito de cortar o cabelo, o direito de usar calças compridas e curtas, até as mais políticas como o direito de estudar, de votar e ser votada, estão sendo desfrutadas com muito gosto, sabedoria e paixão.

As mudanças em relação à igualdade de gênero que estão acontecendo na história da humanidade são devido, principalmente, a participação das mulheres. Porém, deveriam ser decorrentes da necessidade e interesse de ambos os sexos em busca de uma transformação social real e não excludente. Porém, torna-se contraditório um desejo de hegemonia no avanço dessas decisões

quando sabe-se que a implementação de leis que asseguram esta igualdade estão na sua grande maioria nas mãos dos homens e, ao mesmo tempo, a difusão da discriminação e do sexismo é também promovida pelos mesmos.

Enquanto as mulheres lutam para superar os estereótipos em suas vidas e na sociedade, os homens continuam com costumes e tradições obsoletas de desigualdade, criadas por eles próprios. Exemplo bem claro deste apego ao que é arcaico e destrutivo pode-se ver no mercado de trabalho onde 23 milhões de brasileiras trabalham fora de casa e somente 2% des-

tas ocupam cargos de comando. As mulheres estudam mais, capacitam-se melhor e ganham em média 43% menos do que os homens para exercer as mesmas funções.

Não há necessidade de homens que façam discursos em favor das mulheres, não há necessidade da idolatria de homens que exaltam a mulher como geradora da vida, há necessidade e, assim terá de ser, que homens e mulheres atuem juntamente, criando práticas de participação conjunta em todas as instâncias administrativas e políticas da sociedade.

Ângela Stangerlin
SERPA/Samambaua

Projetos sobre o aborto em tramitação no Congresso Nacional

(QUADRO ELABORADO PELO CFEMEA - 02/05/95)

Nº CABEÇA	Nº APENSA-DO	AUTOR	EMENTA
PL 20/91		Deputado Eduardo Jorge (PT-SP) Deputada Sandra Starling (PT-MG)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento dos casos de aborto previstos no Código Penal, pelo Sistema Único de Saúde
PL 1135/91		Deputado Eduardo Jorge (PT-SP) Deputada Sandra Starling (PT-MG)	Suprime o artigo 124 do Código Penal Brasileiro. (suprimido o artigo que caracteriza crime, o aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento)
PL 176/95 (Anexado em 27/03/95)		Deputado José Gencino (PT-SP)	Dispõe sobre a opção da interrupção da gravidez (até 90 dias - bastará a reivindicação da gestante - obrigatoriedade de atendimento na rede pública)
PL 1174/91 (Anexado em 22/08/95)		Deputado Eduardo Jorge (PT-SP) Deputada Sandra Starling (PT-MG)	Da nova redação ao art. 128 do decreto-lei 2848, de 07/12/40 - Código Penal (dispondo sobre autorização do aborto quando a gravidez representar risco de vida e saúde física ou psíquica da gestante)
PL 2033/91 (Anexado ao PL 1174/91 em 22/02/95)		Deputado Eduardo Jorge (PT-SP)	Permite a prática do aborto, nos termos do art. 128, inciso I, do Código Penal - decreto-lei 2848 de 07/06/40. (permitindo o abortamento caso se comprove que a mulher está contaminada pelo vírus HIV)
PL 3280/92 (Anexado em 03/04/95 (novo despacho)		Deputado Luiz Moreira (PTB - BA)	Autoriza a interrupção da gravidez até a vigésima quarta semana nos casos previstos na presente lei. (quando o feto for portador de graves e irreversíveis anomalias físicas ou mentais e precedida de indicação médica)

Educando para a Paz

"Desarmar o mundo para alimentar os povos". Nada mais concreto e explicativo do que estas duas frases para expressar a finalidade e o desejo do SERPAJ/Núcleo Samambaia ao realizar o ato show denominado EDUCANDO PARA A PAZ.

O Educando para a Paz foi realizado no dia 24 de novembro de 1995, na cidade satélite do Gama, com o objetivo de construir junto com a comunidade práticas educativas de solidariedade que possam apontar soluções concretas dos problemas e conflitos sociais que enfrentam sem o uso da violência. Uma das preocupações foi envolver as crianças da

comunidade, visando transformá-las em futuros repassadores dos princípios da não-violência e da defesa dos direitos humanos.

Esta atividade educativa-cultural contou com várias atividades como o PAINEL DA PAZ, confecção da CARÇA DA PAZ, BRINCADEIRAS e a TROCA DA PAZ, atividade esta que consistiu na troca de brinquedos violentos e bélicos por brinquedos educativos e culturais. Foram trocados aproximadamente 200 brinquedos entre facas, revólveres, estilingues, etc.

Durante toda a atividade contamos com a participação de aproximadamente 300 crianças na faixa etária de 07 a 13 anos e de mais ou menos 40 adultos.

Curso de Direitos Humanos

O Núcleo de Samambaia, no DF, com o objetivo de educar, capacitar e informar grupos populares sobre os direitos humanos a fim de criar uma consciência coletiva e individual indispensáveis para se alcançar e promover relações estáveis e harmoniosas entre as comunidades e para fomentar a compreensão mútua, a tolerância e a paz na superação de problemas sociais da atualidade, realizou durante os meses de agosto a outubro de 1995, o 1º Curso de Direitos Humanos, na comunidade da Expansão da Samambaia, com a participação de 10 lideranças comunitárias.

O curso contou essencialmente com a dinamização do estudo, em

contraposição à palestra e o discurso. Foram utilizados trabalhos em pequenos grupos, dramatizações, estudo de contos e representação, estudo de textos e realização de atividades em casa, realização de jogos cooperativos, interpretação de textos, etc. Esta metodologia demonstrou que é possível despertar a autogestão e a responsabilidade coletiva na realização e no bom andamento do curso.

A entrega de certificados foi no dia 10 de fevereiro/96, juntamente com a abertura de mais um curso, que conta com a participação de algumas pessoas do curso anterior participando como observadores e corresponsáveis pela monitoração.

Judiciário tolera Impunidade

Deplorável! Esta é a definição da decisão absurda do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, contraditória ao atribuir à população carcerária o massacre do Carandiru - porque o artigo 5º, Inciso XLIX, da Constituição Federal assegura a integridade física e moral dos presos sob a tutela do

Estado. Merece uma reflexão o papel do Judiciário. Tal veredicto, infelizmente, vem engrossar a tendência de pena de morte, amplamente defendida por setores conservadores da sociedade. Há de se observar que um dos acusados, o ex-governador do Estado, teve seus bens bloqueados por envolvimento em outro processo

jurídico. Isto fortalece a justificativa de controle social sobre o Judiciário. As ONGs de defesa dos Direitos Humanos, detentoras da bandeira de consciência ética, repudiam a indiferença no tratamento de um gravíssimo problema social, que teve repercussão internacional. O

sistema carcerário brasileiro, parte do modelo social excludente, na interpretação do Judiciário, legitima o extermínio de seres humanos e reforça a desconfiança de impunidade a "cidadãos de bem" (capital).

Christiano José dos Santos
Coordenação Regional Sudeste/
SERPAJ

Aprovada Lei contra Prostituição Infanto-juvenil

O Núcleo SERPAJ/Viamão juntamente com o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente apresentaram à Câmara de Vereadores de Viamão/RS, através do vereador Marco Aurélio Tavares, o Projeto de Lei Nº 050/95 que ESTABELECE PENALIDADES AOS ESTABELECIMENTOS QUE ABRIGAREM CRIANÇAS E ADOLESCENTES DESACOMPANHADOS DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS.

Este Projeto de Lei já foi implementado em outros municípios brasileiros e estar em consonância com as diretrizes da **Campanha Nacional pelo Fim da Exploração, Violência e Turismo Sexual Contra Crianças e Adolescentes**. A iniciativa tem a finalidade de oferecer instrumentos legais aos órgãos do município, às entidades e aos centros de defesa dos Direitos Humanos para que possam agir no cotidiano, e também conseguirem através de normas regulamentares punir os que promovem a exploração sexual infanto-juvenil.

A lei prevê que as casas noturnas e seus congêneres, ao serem freqüentados por crianças e adolescentes desacompanhados de responsáveis, terão suspensos seus alvarás de funcionamento, podendo ser cassados em casos de reincidência na constatação de violência ou exploração sexual de crianças e adolescentes. A autuação processar-se-á por agente fiscalizador do município ou por denúncia através dos registros de ocorrência policiais ou do Conselho Tutelar.

As multas que resultarem da aplicação desta Lei serão recolhidas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para uso em programas de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco.



Desarmamento em Santo Ângelo

SERPAJ/Núcleo Santo Ângelo está desenvolvendo desde o mês de março a Campanha BRINCAR DE MATAR NÃO É BRINCADERIA.

Esta tem como primeiro objetivo a arrecadação de brinquedos educativos e materiais escolar junto a população de maior poder aquisitivo e do comércio de Santo Ângelo. Posteriormente, estes brinquedos e materiais serão trocados por brinquedos violentos ou brinquedos de guerra junto às comunidades da periferia da cidade.

Esta Campanha está sendo coordenada pelo Núcleo do SERPAJ e com o apoio das rádios Sepê Tiarajó e Santo Ângelo AM/FM, dos jornais a Tribuna, Correio do Povo, Jornal das Missões, de Pasturais, de colégios, de Paróquias da Igreja Católica (Santo Antônio, Sagrada Família e Catedral), do Juiz da Infância e Juventude, Dr. João Batista Saraiva, do Psicólogo, Dr. Belinaro, do Conselho Tutelar, da RBS Tevé de Santa Rosa, do Vereador e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores, o Vereador Dalnir Ledur, da AAPASA, do Brique da Praça, comércio de artesanatos, de

jornalistas e advogados.

Conta também com o apoio do teatro do Biriba que apresentou uma peça infantil, onde o ingresso era a doação de um brinquedo.

Agora o núcleo está em um corpo a corpo com as lojas, empresas e livrarias da cidade para ver se é possível um convênio com as mesmas. A meta é continuar com a arrecadação e troca de brinquedos por todo esse ano até o início do ano que vem, visando atingir em média 100 bairros da cidade.

Norma Antunes
SERPAJ/ Santo Ângelo-RS

América Latina: ALERTA À POLÍCIA

Longe de respeitar e confiar neles, os habitantes da região evitam os "agentes de segurança" porque temem ser vítimas de abusos.

Brasil, Argentina e Haiti são alguns dos países da região em que "os agentes da ordem se converteram em verdadeiros açoitadores para setores inteiros da população, especialmente os setores marginalizados ou os jovens", assinala um integrante do Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS) da Argentina.

Nesse país, "um dos mais denunciados por violações ante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos" segundo a entidade Americas Watch, vários organismos se constituíram para denunciar e procurar sancionar a violência policial.

"Quando começamos, em 1992, tínhamos quatro casos. Hoje reunimos 350 denúncias e temos acesso a 250 causas judiciais", conta Maria Teresa Schiavini, mãe de um rapaz "desaparecido" em plena democracia e dirigente de um desses grupos, a Comissão de Familiares de Vítimas da Violência Institucional (COFAVI). Um informe do CELS vai no mesmo sentido, ao

revelar que no ano passado os casos de violência policial aumentaram 60% em relação a 1994. Em 1995, uns 135 civis foram mortos por agentes de segurança em circunstâncias "irregulares" (execuções, uso excessivo da força, maus tratos durante a detenção).

No total, numa década, entre 1985 e o ano passado, umas 1.300 pessoas morreram em consequência do "gatilho fácil" da polícia somente em Buenos Aires e sua periferia, assinala o documento do CELS. O caso do Brasil é ainda mais arrepiante. De acordo com dados da Americas Watch, somente no primeiro semestre de 1995 a polícia matou 191 pessoas no Rio de Janeiro e 336 em São Paulo, a grande maioria jovens.

Habitantes das favelas e camponeses ocupantes de terras figuram entre as principais vítimas. Em 1992, 111 reclusos amotinado no Centro de Detenção de São Paulo foram massacrados pelas forças

de segurança. A maior parte dos responsáveis destes "excessos", como eufemisticamente foram qualificados por alguns responsáveis policiais, permaneceram impunes.

Ademais, muitos policiais (seu número exato é desconhecido) fazem parte dos "grupos de extermínio", sucessores dos esquadrões da morte de décadas passadas. Essas organizações clandestinas, especializadas na execução de delinqüentes e meninos de rua, assassinaram em 1994 1400 pessoas, 250 a mais que no ano anterior.

Grupos humanitários e investigadores atribuem em parte a violência policial ao fato de que as forças de segurança permaneceram praticamente intocadas após o fim da ditadura militar (1984). Citam que programas de educação e disciplinas realizados na polícia militar de São Paulo conseguiram reduzir a violência desse corpo e como consequência o número de vítimas

mortais de seus agentes.

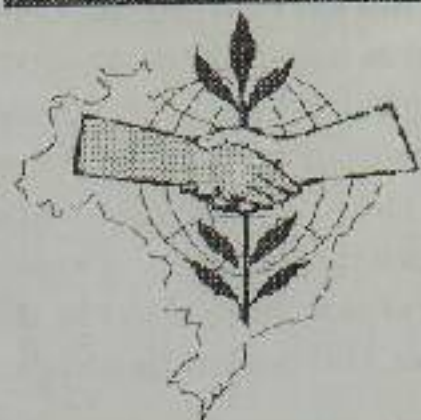
No Haiti, a vistosa Polícia Nacional (PNH) está sendo acusada de utilizar os mesmos métodos que as temidas forças de repressão da ditadura derrotada em 1994 utilizaram. "Os agentes fazem o que querem e ninguém exerce controle sobre eles", denunciou Daniel Roussière, sacerdote católico e membro da Comissão Paz e Justiça.

Segundo um informe da ONU, publicado em março, umas quinze pessoas morreram em operações policiais durante os seis meses anteriores.

"Não queremos o mesmo tipo de segurança contra a qual nós, os haitianos, lutamos durante tanto tempo", proclamou Jean Charles Moïse, alcaide de Milot, uma localidade do norte do país na qual alguns camponeses ocuparam uns 50 hectares de terra em fevereiro último e foram duramente reprimidos.

Fonte: Notícias Aladas,
Vol. 33, n.º 14

SERPAJ/BRASIL



SERVIÇO PAZ E JUSTIÇA

SERPAJ/BRASIL

SDS - Ed. Venâncio V
Sala 313
CEP: 70393-900 Brasília/DF
Fone-fax: (061) 225 8738 e
(061) 321 6533

O SERPAJ/BRASIL é membro do SERPAJ. Anúncio da Organização da América Latina e do Caribe no Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e mantém relações com a UNESCO (Categoria C).
Auspiciado pela UNIÃO EUROPÉIA

IMPRESSO

SERPAJ/ARGENTINA
PIEDRAS, 730
1070 BUENOS AIRES
ARGENTINA

